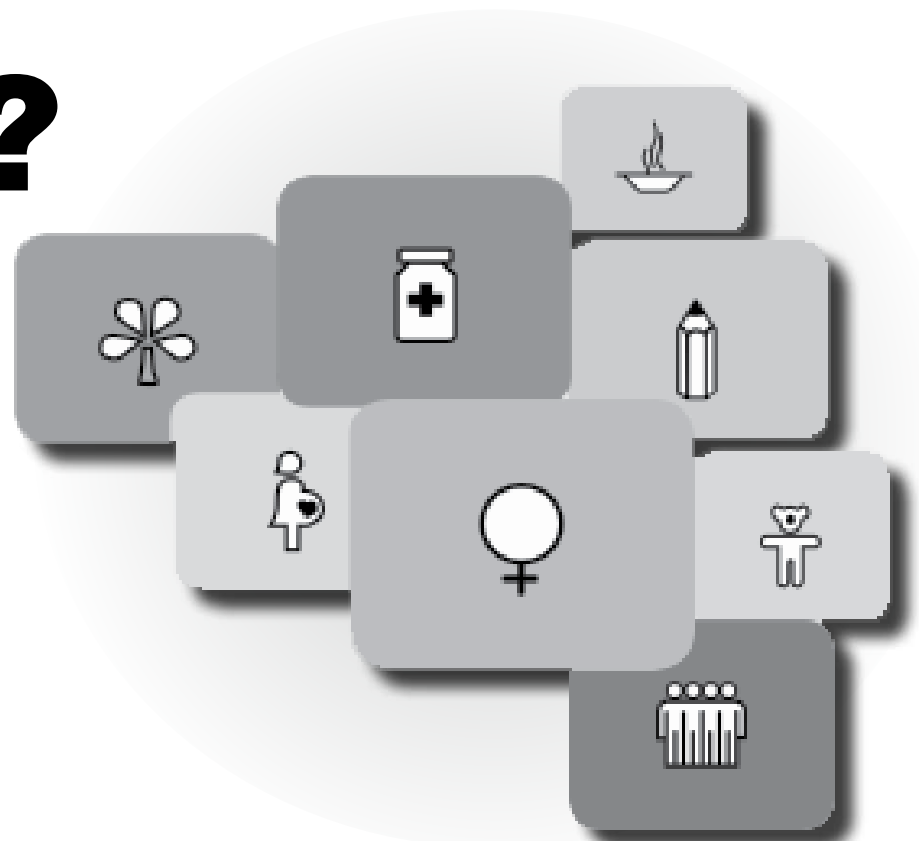


ELETROSUL

TERCEIRA DE PRIMEIRA?

A Eletrosul afirma que apoia as iniciativas da ONU, Metas do Milênio e o Pacto Global, comprometendo-se com Princípios Básicos de defesa dos direitos humanos e direitos do trabalho, e também faz propaganda de "Programas de Valorização dos Terceirizados", listados no Relatório Anual de Sustentabilidade Eletrosul 2013. Apesar disso, a gestão da empresa permite que a Serv Plus Ltda continue a prestar serviços terceirizados descumprindo obrigações trabalhistas, atentando contra direitos e dignidade de trabalhadores terceirizados dentro das dependências da Eletrosul.



SÓ NO PAPEL!

PG. 2

CELESC

DESPACHANTES DEBATEM CENTRALIZAÇÃO DOS COD'S

Celesquianos de todo o estado debateram rumos do Grupo de Trabalho e problemas do dia a dia nos despachos da Celesc



O QUE ESPERAR DA DIRETORIA DE GESTÃO DA CELESC?

PG. 2-3

TRIBUNA LIVRE: SUPERÁVIT PRIMÁRIO: O DISCURSO REBAIXADO

PG. 3



PG. 4



TERCEIRA DE PRIMEIRA?

ServPlus desrespeita trabalhadores prestadores de serviço na Eletrosul

No final do ano de 2012, a gestão da Eletrosul propagandeava em seu boletim eletrônico "Saiba Mais", que tinha suas ações enquadradas nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), de por patrocinar projetos sociais e apoiar formalmente duas iniciativas da Organização das Nações Unidas (ONU): as Metas do Milênio e o Pacto Global (Global Compact), comprometendo-se com princípios básicos de defesa dos direitos humanos, direitos do trabalho, proteção do meio ambiente e combate à corrupção.

A certificação ODM foi recebida pela Eletrosul, durante o II Simpósio Estadual dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, realizado no dia 27 de novembro, na Celesc, em Florianópolis. Estes programas estão listados no Relatório Anual de Sustentabilidade Eletrosul 2013, documento destinado a prestar contas à sociedade em geral, inclusive das ações de responsabilidade social. O documento ainda estampa como o primeiro dos Princípios Éticos da Eletrosul, a Dignidade Humana e o respeito às pessoas.

Diante disso, é inconcebível que a gestão da Eletrosul, em 2014, permita que continue a prestar serviços terceirizados à empresa, uma empreiteira que ignora os princípios defendidos pela Eletrosul. É o caso da empresa ServPlus, que há cerca de 4 meses atrasa sistematicamente o pagamento de salários de trabalhadores que prestam serviços em diversas áreas da Eletrosul. Para se ter ideia do desrespeito, os salários

de novembro, que devem ser pagos no início do mês subsequente foram pagos no dia 22 de dezembro. O décimo terceiro foi recebido somente na véspera do Natal, dia 24. O salário do mês de dezembro, até dia 14 de janeiro, antes do fechamento desta edição, não havia sido pago aos empregados de Joinville e Capivari de Baixo. Os trabalhadores não recebem nas datas devidas nem mesmo o vale alimentação e o vale transporte para seu deslocamento para o trabalho. Em Joinville um empregado da ServPlus foi demitido verbalmente a cerca de 40 dias até o presente momento, não recebeu nenhuma notificação por escrito, não sabe como, onde e quando vai receber as verbas rescisórias, já tendo sido substituído pela empresa terceirizada. A empresa ServPlus mantém em seu sítio na Internet um portfólio de clientes, contendo, entre outras empresas públicas, a Eletrosul com sua marca estampada. Os sindicatos da Intersul exigem dos gestores da Eletrosul informações sobre quais as providências formais a empresa está adotando para garantir o cumprimento da legislação trabalhista por parte da ServPlus, em nome dos Princípios Éticos da Eletrosul, da Dignidade Humana e respeito às pessoas.

Qual é de fato o nível de comprometimento da gestão da Eletrosul com os princípios básicos de defesa dos direitos humanos e direitos do trabalho propagandeados no seu Relatório Anual de Sustentabilidade?

"É inconcebível que a gestão da Eletrosul, em 2014, permita que continue a prestar serviços terceirizados à empresa, uma empreiteira que ignora os princípios defendidos pela Eletrosul. É o caso da empresa ServPlus, que há cerca de 4 meses atrasa sistematicamente o pagamento de salários de trabalhadores que prestam serviços em diversas áreas da Eletrosul"

O QUE ESPERAR DA DIRETORIA DE GESTÃO DA CELESC?

Jorais de Santa Catarina afirmam que André Bazzo está fora da Diretoria. Reunião do Conselho de Administração, hoje, deve tratar da recomposição das Diretorias

Nesta segunda-feira, dia 12, os jornais do estado voltaram a dar como certa uma mudança na Diretoria de Gestão da Celesc. Em sua coluna no jornal Diário Catarinense, Estela Benetti divulgou a nomeação do atual diretor de gestão da Celesc, Andre Bazzo, para presidir a Junta Comercial do Estado. Ao final de 2014, o colunista Moacir Pereira deu outra pista do que pode acontecer: o atual Secretário de Comunicação do Estado, Nelson Santiago também é tido como certo em uma diretoria da Celesc. O próprio Governador já declarou que Santiago deve sair da secretaria, mesmo sem ter indicado ninguém para seu atual posto. A diretoria de gestão é a que mais impacta a vida do trabalhador, pois é ela que trata da relação do Celesquiano com a empresa enquanto empregado. É através das negociações com a Diretoria de Gestão que os trabalhadores junto com os sindicatos da Intercel têm conseguido avanços significativos que se transformam em melhorias na qualidade de vida e nas condições de trabalho dos celesquianos.

Depois da época do "compreendo, mas não concedo", mantra de um ex-diretor para negar melhorias aos trabalhadores; depois da época da segregação de direitos e do "efeito bolha" (onde, ao diminuir a bolha de empregados também se diminui custo de salário, PLR, PCS e por aí vai...) de outro ex-diretor, mais uma época chega ao fim. É evidente que esta época de conquista se deu pela união e mobilização de trabalhadores e não pela boa vontade da Diretoria. Aliás, sempre tivemos embates e críticas, apesar de boas negociações.

Agora, somos novamente levados ao desconhecido. Uma nova relação deverá ser construída. Embate ou negociação? Depende sempre da postura da empresa. Os trabalhadores da Celesc e sua representação sindical são sensatos e lutam não só por condições de trabalho e de vida cada vez melhores. Lutamos por uma Celesc forte, responsável com a sociedade e que respeite seus trabalhadores.

Se na última edição deixamos um recado aos novos membros do Conselho, os "terceirizados da Previ", aqui deixamos um recado para quem vier a ocupar a cadeira de Diretor de Gestão. Não atentem contra os direitos dos trabalhadores. Nesta quinta-feira, dia 15, o Conselho de Administração se reúne e debate a indicação dos mandatos dos diretores. Aliás, com a Angra no lugar da Previ no Conselho, será que não teremos nenhuma surpresa? Será que os diretores serão mesmo indicados? Vamos ficar de olho...

DESPACHANTES SE REÚNEM EM LAGES PARA DEBATER CENTRALIZAÇÃO DOS COD'S

Celesquianos de todo o estado debateram rumos do Grupo de Trabalho e problemas do dia a dia nos despachos da Celesc

Lages recebeu novamente um grupo de despachantes da Celesc para debater os rumos do Grupo de Trabalho (GT) que debate uma possível centralização dos Centros de Operação e Despacho (COD's) na empresa. Após algumas reuniões o grupo chegou a um impasse já que despachantes e representantes do sindicato no GT têm constantemente elencado premissas indispensáveis para que a centralização ocorra sem colocar em risco trabalhadores e sistema. Para os participantes do GT, representantes da empresa tentam partir de um modelo falhado: a Operação Transferida. Instituído em 2013, o modelo de operação em polos esbarra na falta de comunicação e quadro de lotação insuficiente, gerando caos e pressão sobre os despachantes. Além disso, há uma pressão

dos representantes da empresa para que ideias pré-prontas sejam aceitas pelos demais membros do GT sem debate. Um dos exemplos é a quantidade de COD's polos (5) e de quadro de lotação (45 despachantes), já apresentadas durante o GT de Periculosidade e que são tidas como certas pela Celesc, mesmo sem o debate aberto com o grupo. Os trabalhadores também manifestaram preocupação com a saúde dos despachantes, e o acúmulo de serviço e responsabilidade com um quadro reduzido. Para os representantes da empresa "não se pensa o COD para as emergências", ou seja, a estrutura tem que ser mínima e no caso de uma contingência, de uma situação caótica (como a vivenciada nesta última semana, onde várias cidades tiveram

interrupção de fornecimento por mais de 24 horas), seja o que Deus quiser.

É evidente que há um grande descompasso nas ações necessárias para o processo funcionar e nas expectativas de implantação da Diretoria (que espera em poucos meses iniciar a centralização).

Após o debate, os despachantes elaboraram uma lista, que será levada ao GT, com premissas fundamentais que devem ser resolvidas para que uma centralização seja possível, respeitando a saúde e segurança dos despachantes e permitindo um serviço de qualidade, que não ponha em risco os trabalhadores em campo nem o fornecimento de energia ao nosso estado.

A próxima reunião do GT está marcada para o dia 21 de janeiro, próxima quarta-feira.



TRIBUNA LIVRE

Superávit Primário: o debate rebaixado

por Rodrigo Ávila

Nos últimos dias, tem havido um acalorado debate sobre as contas públicas brasileiras. De um lado, o governo diz que a crise reduziu a arrecadação, e por isso precisa zerar a meta de "superávit primário", e de outro, o PSDB/DEM alegando que isto é um absurdo, e que isto significaria uma burla à "Lei de Responsabilidade Fiscal" (LRF).

Porém, trata-se de um debate extremamente rebaixado. Infelizmente, a LRF não serve para ordenar os gastos públicos no Brasil, uma vez que ela apenas limita os gastos sociais, não estabelecendo nenhum limite ao gasto responsável pelo verdadeiro rombo nas contas públicas brasileiras: a questionável dívida pública. Neste ano, até 25/10, o pagamento de juros e amortizações da dívida federal já consumiu R\$ 910 bilhões, o que representa nada menos que a meta-de de todos os gastos da União até esta data, conforme mostra o Dividômetro da Auditoria Cidadã da Dívida (www.auditoriacidada.org.br). Esta dívida, repleta de ilegalidades, deveria ser auditada, conforme manda a Constituição de 1988, jamais cumprida.

O Projeto de Lei enviado pelo Executivo ao Congresso não corrige este problema, mas apenas visa zerar (ou tornar levemente negativa) a meta do chamado "superávit primário", cuja metodologia de cálculo vem do FMI, e serve para ocultar a verdadeira situação orçamentária do país. O cálculo do "superávit primário" envolve apenas uma parcela do orçamento, ou seja, é o resultado da diferença entre as chamadas "receitas primárias" (principalmente os tributos e receitas de privatizações) e as "despesas primárias" (os gastos sociais), para fazer parecer à sociedade que o problema das contas públicas seria um suposto excesso de gastos sociais (por exemplo, as aposentadorias, pensões, etc), ocultando completamente os gastos com a dívida.

Porém, existe uma outra parcela do orçamento federal que é simplesmente desprezada pelo cálculo do "superávit primário", para que fique eternamente obscura e sem limite, sem discussão alguma pela população. Esta "parte escura do orçamento", de várias centenas de bilhões de reais, é financiada pelas receitas "não-primárias", ou seja, a emissão de novos títulos da dívida, o recebimento de juros e amortizações das dívidas de estados e municípios com a União, os eventuais lucros do Banco Central, e até mesmo o rendimento da Conta Única do Tesouro, dentre outras. Estas receitas "não-primárias" servem principalmente para viabilizar o pagamento da dívida pública, e não são sequer arranhadas pelo Projeto de Lei do Poder Executivo.

Em 2013, o "superávit primário" correspondeu a apenas 10% dos gastos com juros e amortizações da questionável dívida pública federal, sendo que a ampla maioria desses gastos foi proveniente do "lado escuro do orçamento", que se manterá intocável com o Projeto de Lei. Na realidade, quando se estabelece uma meta de "superávit primário" (ainda que ela seja de zero, ou levemente negativa, como propõe o novo Projeto de Lei do Poder Executivo) isso serve, na verdade, para que estas outras receitas do "lado escuro do orçamento" sejam direcionadas principalmente para o pagamento da dívida. Isto porque, se tais receitas fossem direcionadas para gastos sociais, isso aumentaria as chamadas "despesas primárias", violando a meta de superávit.

Portanto, nenhum dos lados envolvidos neste debate enfrenta o verdadeiro problema das contas públicas brasileiras: a dívida pública, que conforme já apontado por várias comissões do Congresso Nacional, possui diversos indícios de ilegalidades, tais como: falta de documentos; renúncia à soberania nacional; aplicação de juros sobre juros; sobre-preço de até 70% no pagamento antecipado de títulos da dívida externa; realização de reuniões trimestrais de membros do COPOM com banqueiros para estimar variáveis (como inflação e juros) que depois são utilizadas pelo próprio COPOM na definição das taxas de juros; dentre muitos outros.

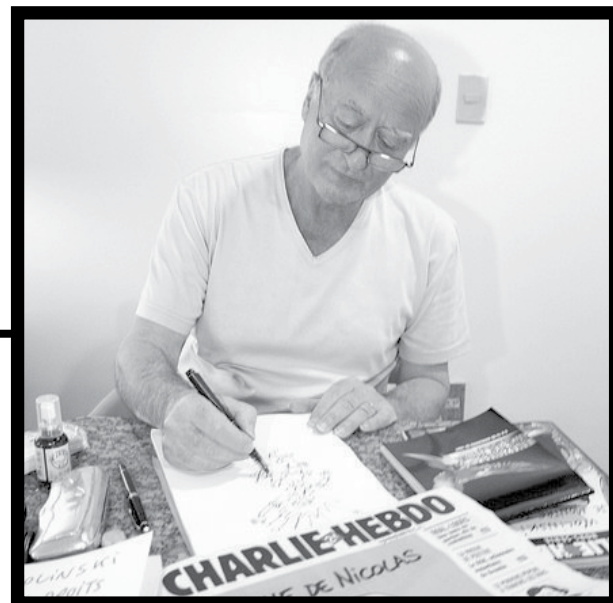
Para verdadeiramente resolver o problema das contas públicas, e ter "responsabilidade fiscal" é preciso fazer a auditoria da dívida pública.

Rodrigo Ávila é Economista da Auditoria Cidadã da Dívida

Intercel

LINHA VIVA é uma publicação da Intersindical dos Eletricistas de SC
 Jornalista responsável: Paulo G. Horn (SRTE/SC 3489) | Conselho Editorial: Wanderlei Lenartowicz
 Rua Max Colin, 2368, Joinville, SC | CEP 89206-000 | (047) 3028-2161 | E-mail: sindsc@terra.com.br
 As matérias assinadas não correspondem, necessariamente, à opinião do jornal.

SOBRE O CASO CHARLI HEBDO WOLINSKI ASSASINADO



O caso do ataque ao semanário francês Charlie Hebdo trouxe à tona um grande debate político. Além de fomentar acaloradas discussões sobre a liberdade de imprensa, o avanço da direita xenofóbica e a islamofobia, o assassinato de 12 pessoas pôs fim à vida de consagrados e promissores cartunistas e jornalistas. Não iremos entrar na discussão sobre a revista Charlie Hebdo, sua política, sua origem e seus inimigos.

Aqui, nas páginas que há pouco tempo homenagearam Henfil, falaremos de outro grande desenhista de traço simples, ágil e ácido, que perdeu sua vida no massacre da Charlie Hebdo.

Georges Wolinski.

Colaborador da revista desde sua criação, em 1970, Wolinski era um dos maiores cartunistas da França.

Com um traço simples, retratou o espírito do Francês, que discute Marcel Proust, assiste à Jean Luc Godard, mas no fim das contas só pensa nas pernas de Brigitte Bardot.